



DOSSIÊ: COLETIVOS NAS AÇÕES COLETIVAS CONTEMPORÂNEAS: EMERGÊNCIA, CONTEXTO, DEFINIÇÕES E PRÁTICAS

Emergência, características e práticas dos coletivos: contribuições de um estudo multilocal

Emergence, characteristics and practices of collectives: contributions from a multi-site study

Emergencia, características y prácticas de los colectivos: contribuciones de un estudio multilocal

Luiz Gaiger¹

orcid.org/0000-0003-0241-7064
luiz.gaiger@gmail.com

Recebido em: 5 jun. 2024.

Aprovado em: 11 set. 2024.

Publicado em: 02 abr. 2025.

Resumo: O artigo propõe inicialmente uma caracterização dos coletivos, a fim de situá-los no campo do ativismo social e distingui-los de outras formas de ação coletiva. Argumenta que eles se destacam por seu propósito de confrontar a ordem vigente e construir alternativas tangíveis para inúmeras questões e reivindicações sociais, postando-se no horizonte global de reação aos processos de expropriação, exploração e opressão vigentes em nossos dias. Ao considerar retrospectivamente o contexto de emergência e disseminação dos coletivos, conclui estarmos frente a reconfigurações do ativismo social, nas quais se valorizam a autonomia, a experiência pessoal de engajamento e a efetividade das ações. O trabalho fundamenta-se em revisões da literatura, análises de bases de dados e trabalhos de campo, realizados em vários países, no âmbito de um projeto de pesquisa internacional.

Palavras-chave: Alternativas. Ativismo. Coletivos.

Abstract: The paper presents a characterization of action collectives, seeking to situate them in the field of social activism and distinguish them from other forms of collective action. It is argued that the collective's singular trait is to confronting the current order and building tangible alternatives to numerous social issues and demands, which places themselves on the global horizon of reaction to the processes of expropriation, exploitation and oppression in force today. By retrospectively considering the context of the emergence and dissemination of collectives, the conclusion is that we are facing reconfigurations of social activism, in which autonomy, personal experience of engagement and effectiveness are valued. The paper is based on literature reviews, database analysis and fieldwork, carried out in several countries within the scope of an international research project.

Keywords: Alternatives. Activism. Collectives.

Resúmen: El artículo propone inicialmente una caracterización de los colectivos, con el fin de situarlos en el campo del activismo social y distinguirlos de otras formas de acción colectiva. Argumenta que se demarcan por su propósito de enfrentar el orden actual y construir alternativas tangibles a numerosos problemas y demandas sociales, ubicándose así en el horizonte global de reacción a los procesos de expropiación, explotación y opresión vigentes en nuestros días. Al considerar retrospectivamente el contexto de surgimiento y difusión de los colectivos, la conclusión es que estamos ante reconfiguraciones del activismo social, en las que se valora la autonomía, la experiencia personal de compromiso y la efectividad de las acciones. El artículo se basa en revisiones bibliográficas, análisis de bases de datos e investigación directa de campo, realizada en varios países en el marco de un proyecto internacional.

Palabras clave: Alternativas. Activismo. Colectivos.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil.

Introdução

Na atualidade, o termo *coletivo* tornou-se usual para designar formas de ativismo direcionadas a variadas causas, não sem chamar a atenção das ciências sociais. Em 2020, a *Revista Brasileira de Sociologia* (v. 8, n. 20) apresentou uma visão panorâmica sobre enfoques teóricos, questões de pesquisa e tópicos relevantes, com base na literatura nacional e internacional. Alguns artigos fixaram linhas de continuidade com as formas de mobilização típicas das últimas décadas, enquanto outros ressaltaram traços próprios dos coletivos. A eles foi dedicado um dossiê da *Revista Simbiótica* no mesmo ano (v. 7, n. 3). Os artigos publicados evidenciam como os coletivos se multiplicaram, tendo uma plêiade de propósitos, como pautas feministas, bissexualidade, direitos humanos, meio ambiente, artes e comunicação. Conclui-se que o campo de estudos sobre os coletivos, pertinente, encontra-se em construção e expansão (Gohn et al. 2020, 2).

A bibliografia brasileira dispõe de contribuições significativas de livros (Gohn 2017, 2022), artigos (Perez e Silva Filho 2017; Gaiger 2020; Santos 2022), dissertações e teses. Conforme essa literatura, um elemento saliente dos coletivos é o seu empenho em adotar práticas de horizontalidade e igualdade, assim como a fluidez de suas relações internas, o que os afastaria dos padrões piramidais de organizações mais institucionalizadas, como sindicatos, entidades não governamentais e alguns movimentos sociais (Marques e Marx 2020). Outra singularidade reconhecida nos coletivos é a criação de ambientes de acolhimento (Monaco 2020), de espaços menos inseguros de convivência que favorecem processos pessoais de reconhecimento e autoaceitação, criando assim laços afetivos entre os participantes, enquanto as formas de gestão coletiva adotadas, e seus resultados práticos, propiciariam a vivência de modos de vida *alternativos* (Trindade 2021; Marques 2022).

Essa alternatividade, atinente a várias esferas da vida, ganha valor à medida que os coletivos

se insurgem contra os efeitos deletérios do capitalismo global (Sassen 2016; Zuboff 2020). Como veremos adiante, além de denunciarem esse estado de coisas, os coletivos primam pelo desenvolvimento de iniciativas concretas, no terreno da vida cotidiana, e alimentam a utopia de que é possível experimentar outras formas de viver. Eles não atuam apenas na linha de combate, de protesto e de reivindicação; ao lado disso, procuram ocupar-se com a proteção ou reconstrução da vida comum.

Caracterizar as formas de organização e atuação dos coletivos, distinguindo-os em certos aspectos de outras formas de ação coletiva, constitui o foco principal desse artigo, no intuito de assim contribuir com esse campo de estudos. Nossos argumentos têm por base o que veio delineando-se no curso de revisões bibliográficas e trabalhos de campo sobre os coletivos, no escopo de um projeto internacional de pesquisa, cujos propósitos e metodologia serão apresentados na próxima seção.

A seção subsequente diz respeito a características dos coletivos salientes nas revisões sucessivas da literatura e na análise de casos estudados em vários países e regiões. Eles confirmam novidades dos coletivos quanto às formas de organização e mobilização, refletindo processos de reconfiguração do ativismo social.² Seria então inapropriado tratar os coletivos indistintamente de outras modalidades de ação, o que nos levará a propor alguns traços identificadores de suas especificidades, úteis ao trabalho de delimitação conceitual.

Postular um padrão ativista não desconsidera a diversidade de organização e de propósitos dos coletivos – temas da quarta seção do artigo. A variedade de participantes, origens, dinâmicas e focos de ação, indica que os coletivos refletem uma concomitância de práticas que, por vezes, se entrelaçam: dos núcleos formados no contexto do sonoro movimento *Occupy Wall Street*, ou dos *Indignados*, às discretas ecovilas protagonizadas por jovens, de mãos dadas com velhos militan-

² Que ditos processos estejam em curso não parece mais haver dúvidas, embora seu caráter inovador dê margem a controvérsias (Santos 2022).

tes idealistas, passando pelo veganismo, pelos círculos de mulheres e por diversas formas de autogestão local.

Nesse universo, ganham mais visibilidade pública as ações de combate dos coletivos por via de protestos e manifestações que visam denunciar, protestar e contrapor-se ao estado atual das coisas, reivindicando mudanças. Conjugada a essa lógica de *confronto*, identificamos também o intuito de materializar novas visões, desejos e compromissos, através de iniciativas locais palpáveis e efetivas, seguindo uma lógica de *construção alternativa*, igualmente tematizada nessa seção.

A quinta seção discute a emergência e a expansão dos coletivos. Considera antecedentes e raízes menos próximas das práticas atuais, assim como suas emanações mais recentes nos albores desse século, ainda que subterrâneas e pouco visíveis. Isso permitirá uma visão retrospectiva, sem perder de vista novidades da última década, mais visíveis e marcantes.

O artigo se conclui tecendo considerações sobre o pano de fundo de nossa época, no qual os coletivos ganham sentido. A uma nova razão de ser, a novos princípios e ensejos, correspondem novos propósitos e modos de engajamento. Assim, temos uma agenda viva de pesquisas e desenvolvimentos teóricos.

Metodologia

Os fundamentos bibliográficos e empíricos desse artigo provêm de um projeto investigativo executado com equipe de trabalho e abrangência internacionais.³ Seu propósito foi identificar, descrever e comparar os coletivos, em particular quanto aos fatores de impulso e dinamização que os levam a multiplicar-se e perseverar.⁴

Revisões sistemáticas dos estudos sobre os coletivos e seus entornos sociais, ao lado de

explorações empíricas iniciais, permitiram fixar as características principais das iniciativas assim designadas (por seus membros ou por terceiros). A seguir, a análise de bases de dados setoriais, nacionais e globais sobre iniciativas afins, levou a casos semelhantes (a despeito da semântica variável) e à identificação de perfis e tendências mais gerais dessa forma de ativismo. Dado que inexistem diretórios propriamente de coletivos, mais de dez bases de dados foram consultadas, numa lógica de acercamento gradual de iniciativas com traços similares aos coletivos, por vezes classificáveis como tais e, assim, selecionáveis para o estudo.⁵ A recorrência de casos em certos países e regiões, somada à disponibilidade de informações, documentos e bibliografia a respeito, conduziu ao direcionamento progressivo para determinados lugares, configurando-se, assim, um estudo multilocal.⁶

A seleção de casos conduziu a análises pormenorizadas de 120 coletivos, em doze países, em alguns dos quais foram eleitas regiões de perceptível densidade ativista, formando o que designamos de *ecossistemas* de coletivos. Além do Brasil (44 casos, 24 no ecossistema de Porto Alegre), tem-se principalmente o Chile (16 casos, 6 em Concepción e 4 em Valparaíso), a Espanha (14 casos, 7 em Barcelona), a Bélgica (13 casos, 11 na região da cidade universitária de Louvain-la-Neuve), Portugal (9 casos, em Lisboa) e os Estados Unidos (6 casos, 5 na Baía de São Francisco, Califórnia). Somam-se ainda coletivos da Alemanha, Argentina, França, Equador, Itália e Japão. Ainda que esse *corpus* não seja estatisticamente representativo do universo global dos coletivos – uma impossibilidade no estágio atual de conhecimento e dos meios de pesquisa – ele tem a vantagem de reunir um número significativo de casos, selecionados por serem ilustrativos de tipos recorrentes, à luz da literatura e das bases

³ O projeto contou com o suporte do CNPq, via Bolsa de Produtividade e auxílios. Afora a equipe brasileira, colaboraram pesquisadores da Universidad Central de Chile, da Université Catholique de Louvain, da Universidad de Udine e da Sophia University (Tóquio).

⁴ O arcabouço teórico e a hipótese principal da investigação constaram de artigo anterior (Gaiger 2020).

⁵ Os coletivos deixam-se repertoriar ou tomam a iniciativa de inserir-se em circuitos ativistas e em bases de informações úteis à pesquisa. Para ilustrar, veja-se a cartografia da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (http://www.socioeco.org/solutions_fr.html) ou a *Arizmendi Association*, de cooperativas de trabalhadores na San Francisco Bay (<http://www.arizmendi.coop/>).

⁶ A escolha dos locais dependeu ademais da presença de membros da equipe, da agenda de eventos correlacionados e de nossa fluência nos respectivos idiomas.

de dados consultadas.

Em dois terços dos casos, houve visita pessoal aos coletivos, observação direta e aplicação de entrevistas, estruturadas segundo as características dos coletivos e as circunstâncias de sua aplicação.⁷ Nesses e nos demais casos, a busca por informações direcionou-se a trabalhos acadêmicos, postagens telemáticas dos próprios coletivos (via redes sociais, *newsletters* etc.), publicações de autoria dos mesmos e documentação legal correlata, quando pertinente. Algumas iniciativas haviam sido objeto de pesquisas de membros da equipe, ou de seus orientandos. No *ecossistema* de Porto Alegre, visitas sucessivas e novas observações ocorreram durante nove meses, propiciando análises com maior profundidade e refinamentos dos resultados provenientes do *corpus* empírico. Tais resultados foram alcançados por meio do registro e comparação de dados sobre os coletivos (ano de início, número de membros, perfil social, forma jurídica) e suas práticas (ações tangíveis, foco social, sistema de decisões, inserção em movimentos etc.).⁸

A execução do projeto, favorecida por espaços de cooperação acadêmica, deu prosseguimento a pesquisas realizadas desde os anos 1990 sobre ação coletiva e alternativas de organização socioeconômica, especialmente no campo da economia solidária. Publicações anteriores ligadas ao projeto, em particular quanto aos *modelos* de coletivos (Gaiger 2023), complementam o que desenvolveremos aqui.

Caracterização dos coletivos

Formas de ação afins aos coletivos foram examinadas quanto a suas características comunitárias, de autonomia e autogestão (Zibechi 2007; Nascimento 2019). Condutas insurrecionais ou antiestatais também estiveram em destaque

(Zibechi 2007; Pleyers 2018; Souza 2018), discutindo-se a possibilidade de constituição de novos blocos de poder (García Linera 2010) ou de novos ecossistemas de riqueza compartilhada e bem-estar (Alperovitz 2017). Outro prisma analítico tem sido o contexto de conflitos ambientais ou das lutas pela preservação dos bens comuns, à raiz de várias iniciativas e focos de atenção (Martinez Alier 2010).⁹

Trabalhos mais recentes têm dado ênfase às relações entre os coletivos e o estado (Marques 2022). Diante da ineficácia das instituições políticas e dos agentes públicos, entre outras motivações, grupos e comunidades teriam resolvido tomar as rédeas da situação, seja rompendo o modelo clássico de representação política, por meio dos *mandatos coletivos* (Faria 2020), seja por meio de intervenções artísticas como forma de provocar uma abertura de consciência e dar suporte a subjetivações e construções identitárias (Medeiros 2020; Melo, 2021).

Invenções locais ou levantes passageiros não se equiparam a uma transformação social ampla, profunda ou definitiva. Mas o fato é que *revoluções* já não estão como antes no horizonte das expectativas, valendo bem mais as realizações concretas, orientadas à criação de novidades reais. Dito isso, alguns traços dos coletivos vão se tornando marcantes (Gohn 2017; Perez e Silva Filho 2017; Trindade 2021; Marques e Marx 2020; Santos 2022). Eles, via de regra: (a) postam-se contra a continuidade de situações de dominação, expropriação e opressão; (b) alinham-se na defesa de bens comuns, como direitos, bem-estar, moradia, territórios, trabalho, cultura e patrimônio; (c) inclinam-se a envolvimento com propósitos alternativos, contra a tirania do capital e dos poderes instituídos; (d) valorizam formas horizontais, participativas e colaborativas em suas atividades de trabalho, gestão e direção;

⁷ Predominaram entrevistas informais, coletivas, sobre pontos essenciais ou em aberto. Seu registro deu origem a um *diário de campo*, depois integrado a uma ficha descritiva e analítica (com informações de outras fontes) de cada coletivo, equiparável ao que na Antropologia convencionou-se como *relato etnográfico*.

⁸ Considerando o espaço disponível, para os fins deste artigo não exporemos a demografia e as análises caso a caso desse *corpus*, salvo menções especialmente ilustrativas, quando oportuno. Tampouco traremos dados de campo individualizados, como extratos das entrevistas, o que demandaria explicações adicionais, dada a diversidade dos contextos e das formas de atuação dos coletivos, somada ao fato de que os argumentos aqui apresentados condensam os resultados obtidos pela triangulação e comparação de várias fontes.

⁹ Embora não utilize o termo *coletivo*, parte desses autores refere-se a ações coletivas similares que, adiante, indicaremos como características próprias dessa forma de atuação.

(e) prezam a individualidade e estimulam o protagonismo de seus participantes, seu ativismo em múltiplas causas e frentes; e (f) enfatizam a concretude, a efetividade, o fato de sua atuação viabilizar, materializar e implantar inovações tangíveis e sustentáveis.

Embora os estudos confluem nesses pontos, fica-se por vezes sem elementos que demarquem os coletivos de outras formas de atuação. Tanto mais que as iniciativas designadas de coletivos, por seus protagonistas ou por quem as estuda, correspondem a formatos organizativos variados, como grupos informais, comunidades, associações, cooperativas ou microempresas. Diante disso, a literatura consultada e nosso *corpus* empírico conduzem a destacar alguns traços que, no seu conjunto, parecem indicativos de suas singularidades:

Tomando-se os coletivos como unidades primárias de atuação (a despeito das redes ou associações de coletivos, também existentes), via de regra eles são iniciativas de grupos de indivíduos que se conhecem e interagem regularmente, como *peças* e não como representantes ou militantes que personificariam organizações ou campos de ativismo – embora possam manifestar-se aludindo a *esses lugares de fala*. Por conseguinte, como ilustra um levantamento de várias iniciativas no Chile (Escobar et al. 2022), estão espacialmente situados, sem pretender representar categorias sociais genéricas (de classe, ou outras) e suas respectivas causas, embora se somem a elas e contribuam com suas lutas.

Os encontros presenciais, complementados pela comunicação a distância, cumprem uma função determinante: é no face a face que as ideias surgem, as decisões são tomadas e as ações empreendidas. Embora as relações cotidianas possam ocorrer de maneira predominantemente virtual – comum nas comunidades *hackers*, cuja esfera de atuação é exatamente o mundo da internet e das TICs – elas são, no entanto, relações, compartilhamentos e ações conjuntas de um grupo de pessoas (Blum e Ebrahimi 2007; Burtet 2014), e não correntes de pensamento ou de representantes institucionais.

O fato de funcionarem em boa medida como grupos de afinidade determina muitas coisas. Atitudes de empatia e sentimentos de afeto e amizade afloram, ensejando posturas de acolhida e proteção aos que chegam e àquelas pessoas que entram no foco da atuação dos coletivos (Monaco 2020; Teixeira 2021; Trindade 2021). Ademais, não é apenas por serem mais democráticos e críticos às instituições que os ativistas optam por práticas de democracia direta e deliberações por consenso, preferindo redes descentralizadas, se necessário. Isso se dá também à medida que o porte diminuto dos coletivos favorece tais princípios e soluções – sendo de notar que a chegada de mais aderentes provoca a criação de níveis de envolvimento, separando o "núcleo duro" (Thibes et al. 2020, 58) de colaboradores e participantes ocasionais.

Sendo grupos reais, não teóricos (no sentido de presumidos ou desejados), nem definidos por normas previamente instituídas (como os sindicatos), os coletivos centram-se em seus propósitos e ações efetivas, valorizando para isso a condição de manter o controle dos fatos. Como enfatizam alguns autores, essas pessoas colocam a mão na massa e vão às ruas para tomar parte, para sair do papel de espectadores de suas próprias vidas, para decidir rompendo com as regras do jogo (Souza 2018; Melo 2021).

Os coletivos e seus membros podem ter outras filiações e participações ativas, como exemplifica Souza (2015) acerca de iniciativas ligadas às pautas LGBT. Contudo, no coletivo as pessoas encontram-se em igualdade de condições, o que resulta mais uma vez nos princípios e práticas de horizontalidade, independência institucional e autonomia político-ideológica. Os ativistas, por vezes, tomam parte em outros coletivos, o que explica a diversidade de pautas e a multiplicidade das questões e ações. Isto também direciona os coletivos a agirem majoritariamente em escala local, recorrendo às redes como forma de intercâmbio, articulação e colaboração em tarefas cotidianas (Henning 2019) ou em ações de mais envergadura.

Os coletivos são levados à frente por pessoas

pouco ou nada integradas às engrenagens do sistema, por serem neófitas, não terem esse propósito, terem sido excluídas ou, ainda, por dissensão voluntária. Tanto quanto seus participantes, os coletivos muitas vezes não dependem nem procuram ficar na dependência de estruturas institucionais, ao contrário de entidades sindicais, fóruns, conselhos cidadãos, ONGs ou associações. Uma desvantagem, dada a conseqüente renúncia a certos canais de força, mas também algo que confere liberdade aos coletivos, como se observou em editoras independentes no Chile (Lacroix 2021), no jornalismo impresso alternativo na Bélgica (Leeckwyck 2019) ou em coletivos universitários (Lima 2018; Trindade 2021).

Por fim, os coletivos afloraram em um momento histórico de descrédito nas grandes ideologias que marcaram as lutas sociais e os embates político-partidários do século 20. Inexistem visões englobantes e propositivas em seu lugar, não há caminhos claros e confluentes a seguir. Sobrepe-se a isso uma crise aparentemente irreversível do sistema democrático representativo e da política de um modo geral, o que afasta os ativistas dessas esferas de atuação e secciona os fios que poderiam conduzi-los a esses engajamentos. Com frequência, a sua opção política é colocar em segundo plano, se tanto, a política institucional, por meio de uma lógica *destituente* (Comitê Invisível 2018), atitude mais comum entre coletivos de jovens, como indicam casos pesquisados na Bélgica e na França. Não obstante, as relações com o mundo político e institucional são complexas e contraditórias. Pode não haver alinhamento, mas dificilmente independência. Os coletivos precisam de recursos, senão de alguma legalidade jurídica, o que implica negociações e concessões perante órgãos públicos, como Perez e Silva Filho (2017, 288) indicam em sua revisão de literatura no tocante a coletivos juvenis de cultura.

Conceitualmente, nem todos os agrupamentos formados nos últimos anos seriam coletivos, apenas por serem novos ou serem designados

desse modo por seus integrantes. Há iniciativas que não se intitulam assim, embora coincidam com a caracterização acima; outras, que assim se denominam, desde os anos 1980 ou mesmo antes. Afora o uso comum do termo, portanto, devem existir correspondências entre a estrutura e a dinâmica dos coletivos, formando uma unidade coerente que justifique seu enquadramento conceitual, segundo o constructo proposto. Espera-se, então, que esse conjunto de traços, tipificando os coletivos, tenha essa serventia.

Diversidade e lógicas de atuação

A diversidade de áreas de atuação dos coletivos deriva, em boa medida, dos traços antes referidos, pois favorecem processos de mútuo reconhecimento, alianças e formação de redes, sem comprometer o primado da autonomia. Sendo múltiplos, os focos de atuação se interseccionam. Estão ligados a questões de fundo como a justiça, a equidade, a democracia, a paz e, no compasso dos tempos atuais, à transição ecológica. Além de incidirem sobre incontáveis questões, eles refletem uma mudança de ares: uma vez que o capitalismo avançado converteu tudo em commodities, restaria combater pela vida em todas as suas dimensões e facetas, sem disjunções (Gaiger 2020, 2021).

Não obstante, convém distinguir lógicas estruturantes, decorrentes dos propósitos de ação. A base bibliográfica e empírica da pesquisa aponta em duas direções. Sem serem exclusivas, elas, em boa medida, conferem identidade e um tônus próprio ao ativismo dos coletivos.

De um lado, há coletivos dedicados ao protesto e a reivindicações diante do estado, das instituições políticas e dos agentes econômicos. Reivindicam novas políticas públicas (ou o devido acionamento das existentes), contestam, denunciam e propagam ideias. Seguem uma *lógica de confronto*. Com atuação contínua ou por meio de mobilizações momentâneas, em nome de outra forma de fazer política, lutam por mudanças nas formas de participação e nos mecanismos da

agenda pública.¹⁰ Podem agir no intuito de apoiar candidaturas político-partidárias alternativas aos formatos tradicionais (Faria 2020), chamar a atenção com atos de desobediência civil (Boutillon e Prévaut 2012) ou, ainda, incidir em frentes de disputa institucional em escala global, como as questões ambientais, dos direitos humanos, do anticolonialismo ou da paz.

Em sentido amplo, de incidência sobre as relações de poder, os coletivos não se esquivam do confronto. De outro lado, contudo, há coletivos mais voltados para sua atuação local em questões do cotidiano. São coletivos de contraposição, de reorganização de aspectos da vida comum por meio de uma lógica de *construção alternativa*.¹¹

Retrospectivamente, eles estão ligados a comunidades assentes em territórios de uso comum e a organizações associativas e cooperativas, além de variados grupos de inspiração anarquista ou autonomista, cuja influência jamais se dissipou (Santos 2022). A isso, acrescentou-se nas últimas duas décadas uma panóplia de *comunidades intencionais*, vincadas em projetos idealizados por grupos de pessoas, a exemplo das ecovilas e das comunidades *hackers*, das quais encontramos exemplos no Brasil, Chile, Equador, US e França.

Esses coletivos assumem, de outro modo, o provimento da vida no dia a dia. Mais do que combater, empreendem; no lugar de intervenções-relâmpago, ou de projetos transitórios, buscam viabilizar-se a longo prazo. O envolvimento em questões globais articula-se e sustenta-se no engajamento em problemas locais e na construção de soluções efetivas, culminando na transformação virtuosa do próprio ativista: as mudanças devem vir de baixo, iniciando por ele, a partir de transformações nas maneiras de viver. Atribui-se, então, grande valor a novas formas de sociabilidade, à criação de vínculos sociais genuínos. Busca-se criar espaços autônomos de experimentação e participação criativa.

Essas experiências possuem antecedentes e

raízes anteriores à generalização do termo *coletivo*. Alterações gerais em nossas sociedades, estimulando novas sensibilidades e novas formas de se situar e tomar posição diante do mundo, é o que explica sua profusão atual, como veremos a seguir.

Emergência e disseminação dos coletivos

Recuando no tempo, é comum a menção à Revolta Zapatista de 1994 como episódio inaugural de um novo ciclo ativista. Retrocedendo um pouco mais, encontram-se princípios e práticas autonomistas, de horizontalidade e de crítica ao sistema, nos movimentos dos anos 1960, estudantil e feminista. Em escala mais curta, os coletivos de *confronto* ganharam proeminência no contexto dos movimentos contra a globalização, figurando nos grandes eventos dos anos 2000. Na crise de 2008 e nas grandes mobilizações subsequentes, ao Sul e ao Norte, seu protagonismo ficou mais destacado, especialmente na ocupação das praças, como o *15M* na Espanha.

Nessa escala de tempo, as Jornadas de 2013 no Brasil são vistas como um divisor de águas, a partir do qual os coletivos se disseminaram, intensificando suas ações (Gohn 2018; Faria 2020; Thibes et al. 2020),¹² no que foram secundadas em 2016 pelas *Ocupações de Escolas*, propuloras do uso do termo e de sua forma peculiar de atuação. Elas constituíram pontos de inflexão nos motivos e no modo como se luta. Sinalizaram uma saturação com o papel de expectadores da política a que foram relegados os cidadãos, ou com a teatralidade dissimulada das autoridades, ocultando os interesses em jogo. A questão de fundo, exibida em cartazes e faixas, era a participação efetiva, a democracia.

Esse ânimo se renovou nas mobilizações de 2000 e 2010, com os protestos e ocupações altermundialistas, a Primavera Árabe, os Indignados, os levantes estudantis, as grandes marchas

¹⁰ Não há espaço aqui para adentrar questões atinentes à agenda pública e às interações entre os coletivos e o estado (de vários países, nesse caso), com o qual podem estar em conflito, mas também em colaboração crítica (Perez e Silva Filho 2017). Sobre esses temas, conferir Marques (2022, 2023) e Tatagiba et al. (2022).

¹¹ Essas duas lógicas são afins à via da razão e à via da *subjetividade*, na tipologia de Pleyers (2018).

¹² Acontecimentos similares repetiram-se posteriormente, como o *estallido social* no Chile, em 2019.

de mulheres, indígenas, camponeses e excluídos. Com suas variantes, essas mobilizações não apenas contestavam, mas almejavam uma tomada de espaço, de exercício de poder, de liberdade e criação. Denotaram a existência de uma "insurreição perpétua, subterrânea, que pulsa incessantemente" (Souza 2018, 5).

Também os coletivos de *construção alternativa*, cujos antecedentes datam dos anos 1980, receberam novo impulso após a efervescência das grandes manifestações do início da última década. Percebendo os limites do repertório de ação – de caminhadas, ocupações, acampamentos e declarações públicas – vários ativistas mudaram de foco e estratégia, de certo modo "desistindo das ruas", fato patente em Barcelona, um dos epicentros das manifestações na Espanha. Voltando aos bairros, a lugares primários de atuação, buscaram valorizar a convivência comunitária por meio da revitalização de espaços comuns, da construção de jardins ou hortas e mesmo de festas, como formas de reorganizar pessoas, fixar posição e criar sentidos para uma vida urbana afetada pela despersonalização, a segmentação social e a insegurança (Asara e Giorgos 2022).¹³ Oficinas de conserto e renovação de roupas, em um coletivo estudantil devotado ao anticonsumismo e à ecossustentabilidade, ou de mecânica de bicicletas, em outro com foco em alternativas de mobilidade urbana, são demonstrações dessa busca de caminhos e da criatividade de muitos coletivos.

Além de acontecimentos altissonantes, ocorreram transformações progressivas no cenário e nas formas de ação, preparando o ambiente para a entrada em cena dos coletivos. Na virada do século 20, Zibechi (2007) identifica uma transição de ações reivindicativas (greves, paralisações etc.) em direção a esforços concentrados na continuidade ou na viabilização de atividades alternativas, a partir da auto-organização; passou-se de estruturas amplas, complexas, por vezes piramidais e burocratizadas, a organizações

locais, vinculadas na participação direta; ganhou força o enraizamento territorial e local das iniciativas, bem como as formas de engajamento com sentido prático, voltadas às questões do dia a dia.

Ao mesmo tempo, o estilo de mobilização baseado em disputas frontais, barganhas e acordos a partir da negociação de interesses, típico do sindicalismo, passou a dividir lugar com lógicas de ação próprias do universo familiar e vicinal, de índole comunitária e comunal. Nesses espaços relativamente autônomos e protegidos, procurou-se dar curso à existência, se desenvolveu uma produção de sentidos vitais, mesmo na ausência de algum tipo de coordenação consciente e voluntária (Zibechi 2007). De sua parte, as iniciativas de auto-organização da vida comum multiplicaram-se nos mais diversos quadrantes (Gibson-Graham, Cameron e Healy 2013). Em boa parte, contavam com experiências desenvolvidas em campos sociais já mais conhecidos e institucionalizados, como a Economia Social e Solidária (ESS) e segmentos do campo associativo (proeminente na França) ou cooperativo (a exemplo da Espanha).¹⁴

As raízes mais longínquas dos coletivos não retiram o fato de serem uma forma de ativismo marcante dos últimos 15 anos. Caberia introduzir aqui a noção de *ciclos* (Souza 2018), ligados a gerações de ativistas cujos fins e estilos de atuação respondem a determinados problemas, urgências, desafios e possibilidades. Como assinala Souza (2018, 6), é a partir das confrontações com gerações anteriores que cada uma delas vai forjando seu entendimento, sua forma de agir, e vai se relacionando com as experiências que a precederam.

O correr dos anos 1970 e 1980 teria alimentado um novo ciclo ativista, extrapolando a pauta econômica (salários e condições de trabalho) dos *movimentos clássicos*, à época do fordismo e do pleno emprego. Direitos civis para negros, igualdade para mulheres, liberdade para novos estilos de vida e novas formas de enquadramento

¹³ Coincidindo com relatos de coletivos de Madrid e Valência, colhidos durante a pesquisa de campo.

¹⁴ A ESS é pródiga em coletivos, embora essa designação seja pouco utilizada nesse âmbito. Em contrapartida, há coletivos que se declaram alinhados e comprometidos com os princípios da ESS, como aponta Silva (2016).

social, ambientalismo e pacifismo estiveram entre os pontos da agenda dos *novos movimentos sociais* (no sentido europeu, consagrado por Alain Touraine), cuja disseminação se fez notar nas décadas seguintes também no Brasil (Perez e Silva Filho 2017, 258-59). Seguindo Pleyers (2018), em meados dos anos 1990 configurou-se um ciclo dos *movimentos altermundialistas*, materializado em particular nas grandes confluências do Fórum Social Mundial, em conferências multilaterais, em ONGs com escala de atuação global e, ainda, em segmentos sociais que se destacaram nessas mobilizações, como jovens, mulheres, comunidades LGBT (atualmente, LGBTQQICA-APF2K+), indígenas e camponeses, a exemplo da *Via Campesina*.

No ciclo ativista mais recente, esses movimentos passaram a conviver com inúmeros coletivos, por vezes em contraposição a formas progressas de mobilização. Em certa medida, os coletivos surgiram de uma decepção com a supremacia dos movimentos já existentes, por sua estrutura pesada de processos decisórios, sua força inercial sobre as pautas de mobilização e, também, sobre os estilos de militância. Em outra boa medida, eles emergiram graças à germinação de novas formas de atuação e ao valor assumido pelo pensamento autonomista (Gohn 2018), como pontuado até aqui.

À medida que alguns traços peculiares dos novos ativismos se acentuem, poderá expandir-se um estilo mais extremado, afirmo ao que Pleyers (2018, 16-18) denomina de *alterativismo*. Nesse caso, características como o engajamento personalizado, o valor da experiência e a efetivação prática dos valores e ideais defendidos, ganham centralidade, especialmente entre jovens (Pleyers 2016; Derreumaux 2018). Os momentos de marchas e protestos, dos quais participam, constituem uma ponta do *iceberg*, posto que o propósito é viver de outro modo, mesmo nesse mundo, sem a ilusão ou a paciência de aguardar sua transformação. *In extremis*, sua estratégia coincide com o prognóstico de Holloway (2010) de *mudar o mundo sem tomar o poder*.

Considerações finais

Alterações nas formas de ativismo, como as apontadas aqui, já foram detectadas há mais tempo (Dubet 1993). No que lhe diz respeito, o estilo ativista dos coletivos dá sinais de continuidade e adesão crescente. Afinal, as diversas formas de reação que se sucederam diante das crises sociais produzidas pelos movimentos da economia e da política global têm mantido vivo o movimento de resistência social iniciado no século 19 (Polanyi 2000), *pari passu* com a disseminação das relações capitalistas. Na atualidade, tem-se um movimento difuso, mas persistente, de rejeição à ordem, cuja tônica é a criação de alternativas de vida, locais e efetivas, como já apontado. Reações individuais e coletivas, mesmo efêmeras, vinculam-se a intentos práticos e utópicos de romper com a lógica imperante, por meio de experiências significativas de engajamento. Mais e antes do que criar outro mundo, trata-se de lograr *outra maneira de viver no mundo*, o que requer em certa medida uma lógica de afastamento e secessão, e uma aposta de que novas vivências, mesmo singulares, possam conduzir à humanização.

A depender dos problemas, desafios e possibilidades de ação que alimentam o ativismo, seria cabível falar de um novo ciclo, especialmente no caso de supremacia do alterativismo, até o momento uma variante das formas de atuação dos coletivos. De fato, os alterativistas (Pleyers 2018) talvez sejam os que melhor incarnem esse novo espírito, dado o seu propósito de criar condições para (eles e outros) viverem fora do sistema. Daí sua preocupação com a criação de espaços de autonomia, protegidos da lógica mercantil e dos hábitos reinantes, em vista da gestação de experiências coerentes com aqueles ideais e princípios. Daí o valor concedido à experiência, como algo vivido e como terreno de inovação e experimentação, cujo andar e resultados, mesmo incertos, constituem a própria mudança.

Menos duvidoso é que os coletivos não surgem exatamente pelas mesmas razões e motivos de tantos e variados movimentos sociais, como também não se propõem fins e modos de fun-

cionamento idênticos. Décadas atrás, as lutas por questões salariais e de cunho econômico, tipicamente de classe, deram paulatinamente lugar a novas questões, ligadas a uma multiplicidade de demandas. Disputas na *esfera da produção* foram sendo compartilhados com embates na *esfera da reprodução*, como se usava dizer na época. O que os coletivos não desejam, não se propõem a fazer, é sobreviver em ambas as esferas no modo de sempre, nas condições subalternas e servis cada vez mais cruas a nós impostas. Tampouco acreditam na via do êxito individual, na rota do consumismo compulsório e compulsivo, ou naquela do empreendedorismo triunfante.

Dada a natureza atual das questões, dada a tendência – ou a intenção – de articular lutas no plano macro e micro, os coletivos situam-se como agentes de uma militância global, não por disporem ou almejem dotar-se de grandes estruturas de organização e conexão, mas graças à sua capacidade de lograr ressonância planetária, calcada na intersubjetividade dos ativistas. Como vimos e ouvimos na pesquisa de campo, agem com frequência sem precisarem sentir-se representados no mundo dos dominantes, dispensando-se de participar de suas arenas e jogos de poder. No lugar de interpretar seu localismo como signo de fraqueza, eles apostam nas virtudes da sua dispersão e atomização, sua instabilidade e imprevisibilidade, às vezes, sua não institucionalização.

Essa linha argumentativa é passível de emendas e correções, conforme avancem as pesquisas empíricas e desenvolvimentos teóricos, que certamente têm lugar. Quanto à questão diametral do sentido histórico desses ativismos, conviria nesse momento ter em vista que a compreensão das ações coletivas, em particular, quando de envergadura ou com poder de irradiação, requer uma perspectiva mais longa, pois essa é a escala de tempo das mutações profundas que poderiam causar.

No curto e médio prazo, lembremos, o efeito político do paradigmático *Maio de 1968* foi o fortalecimento do governo do Marechal De Gaulle, contra o qual estudantes e trabalhadores se ha-

viam rebelado. Não teria havido uma revolução nos costumes, seguida de mudanças legais e institucionais progressivas nos anos 1970 em diante, sem a experiência e os efeitos vivenciais, subjetivos, desencadeados pelos movimentos de massa precedentes, ainda que, como tais, passageiros. Essa pode ser, então, uma via de pesquisa sobre a sua relevância em nossos tempos: pressionar por mudanças e experimentar inovações relacionadas a questões dilemáticas de nossa época, criando com isso um novo estilo de ativismo, um novo *ethos* movimentalista (Doimo 1995), em que a autonomia do ativista e de suas organizações ganha centralidade (Svampa 2008). Antes de concluir por declínio ou debilitamento, conviria considerar mutações nos padrões de ação cujos resultados se materializam apenas com o passar do tempo, entre eles o resgate dos princípios democráticos e dos compromissos com o bem comum, constitutivos da cidadania.

Referências

- Alperovitz, Gar. 2017. The possibility of a pluralistic commonwealth evolutionary reconstruction towards a caring and just political economy. *Interdisciplinary Journal of Partnership Studies* 4 (1). <https://doi.org/10.24926/ijps.v4i1.154>.
- Asara, Viviana, e Kallis Giorgos. 2022. The prefigurative politics of social movements and their processual production of spaces: the case of the indignados movement. *Environment and Planning C: Politics and Space* 41 (1): 56-76. <https://doi.org/10.1177/23996544221115279>.
- Blum, Guillaume, e Mehran Ebrahimi. 2007. Impact d'une culture sur les modes d'organisation dans une communauté virtuelle: une étude ethnographique de la communauté du logiciel libre Ubuntu. *Les Sciences de la gestion et la question de la liberté* 9-10: 220-37.
- Boutillon, Juliette, e Maryvonne Prévot. 2012. Le collectif Jeudi noir, de nouveaux activistes urbains? Entre rupture et continuité dans les formes de militantisme. *Information Géographique* 76: 42-57. <https://doi.org/10.3917/lig.761.0042>.
- Burtet, Cecilia. 2014. *Os saberes desenvolvidos na prática em um hackerspace em Porto Alegre*. Dissertação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Comitê Invisível. 2018. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. 2. ed. Edições Antipáticas.
- Derreumaux, Pauline. 2018. *Immersion dans les kots-à-projet de Louvain-la Neuve*. Master en Sciences de la Population et du Développement, Université Catholique de Louvain.

- Doimo, Ana. 1995. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Relume Dumará.
- Dubet, François. 1993. *Les nouveaux mouvements sociaux*. PUF.
- Escobar, Areli, Constanza Lagos, e Sandra Ramires. 2022. *Aquí no manda nadie! Trabajo sin patrón: catastro de experiencias de trabajo autogestionado en el Gran Concepción y Santiago*. Cooperativa de Editoriales Fio-Fío.
- Faria, Flávia. 2020. Ativismo, instituição e repertório autonomista: uma etnografia sobre coletivos políticos. *Revista Brasileira de Sociologia* 8 (20): 177-98. <https://doi.org/10.20336/rbs.741>.
- Gaiger, Luiz. 2020. A reciprocidade e os coletivos de auto-organização da vida comum. Uma resposta ao capitalismo de crise. *Otra Economía* 13 (24): 3-24.
- Gaiger, Luiz. 2021. O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação. *Cadernos IHU Ideias* 19 (323).
- Gaiger, Luiz. 2023. Modelos de reciprocidade nos novos coletivos de ação. *Otra Economía* 16 (29): 249-70.
- García Linera, Álvaro. 2010. *A potência plebeia – ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. Boitempo Editorial.
- Gibson-Graham, Katherine, Jenny Cameron, e Stephen Healy. 2013. *Take back the economy: an ethical guide to transforming our communities*. University of Minnesota Press.
- Gohn, Maria da Glória. 2017. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. Cortez.
- Gohn, Maria da Glória. 2018. Marcos referenciais teóricos que têm dado suporte às análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil – 1970-2018. *Revista Brasileira de Sociologia* 6 (14): 5-33. <https://doi.org/10.20336/rbs.430>.
- Gohn, Maria da Glória, Cláudio Penteado, e Marcelo Marques. 2022. Os coletivos em cena: experiências, práticas e campos de análise. *Simbiótica* 7 (3): 1-7. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33690>.
- Henning, Clarissa. 2018. *Ética e worknet: a conduta de si e o trabalho de rede na longevidade do Nonada – Jornalismo Travessia*. Tese em Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Holloway, John. 2010. *Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy*. 4. ed. Ediciones Herramienta.
- Lacroix, Pablo. 2021. Editoriales independientes en Chile: acercamientos hacia una posible definición. *Revista de la Academia* 31: 90-116. <https://doi.org/10.25074/0196318.31.1962>.
- Leeckwyck, Robin van. 2019. The printed (french-speaking) alternative media in Belgium: journalism or activism? *Journal of Alternative & Community Media* 4 (2): 44-59. https://doi.org/10.1386/joacm_00048_1
- Lima, Stephanie. 2018. 'Coletivo', 'ativista' e 'horizontal': uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. *Teoria e Cultura* 13 (1): 18-34. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12382>.
- Martinez Alier, Joan. 2010. *El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Espiritrompa Ediciones.
- Marques, Marcelo. 2022. *Interações socioestatais: mútua constituição entre os coletivos culturais e o estado do Espírito Santo*. Tese em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Marques, Marcelo. 2023. Interações socioestatais: mútua constituição entre a sociedade civil e a esfera estatal. *Opinião Pública* 29 (2): 431-68. <https://doi.org/10.1590/1807-01912023292431>.
- Marques, Marcelo, e Vanessa Marx. 2020. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. *Simbiótica* 7 (3): 8-32. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>.
- Medeiros, Lucas. 2020. O coletivo Critical Art Ensemble e a estética do distúrbio. *Simbiótica* 7 (3): 196-227. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33700>.
- Melo, Iara. 2021. Identidade e sujeito: os coletivos no Nordeste discutindo as diferenças. *Simbiótica* 8 (2): 115-40. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v8i2.36381>.
- Monaco, Helena. 2020. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços 'monodissidentes'. *Simbiótica* 7 (3): 228-51. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33701>.
- Nascimento, Cláudio. 2019. *A autogestão comunal*. Lutas Anticapital.
- Perez, Olívia, e Alberto Silva Filho. 2017. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude* 11 (10): 255-94. <https://doi.org/10.28998/2179-5428.20170107>.
- Pleyers, Geoffrey. 2016. Engagement et relation à soi chez les jeunes alteractivistes. *Agora Débats – Jeunesse* 72: 107-22. <https://doi.org/10.3917/agora.072.0107>.
- Pleyers, Geoffrey. 2018. *Movimientos sociales en el siglo 21: perspectivas y herramientas analíticas*. Clacso. <https://doi.org/10.2307/j.ctvnpokds>.
- Polanyi, Karl. 2000. *A grande transformação. As origens da nossa época*. 2. ed. Campus.
- Sassen, Saskia. 2016. *Expulsões - brutalidade e complexidade na economia global*. Paz & Terra.
- Santos, Breno. 2022. O 'novo' em velhas práticas: uma análise sobre a noção de 'novíssimos' movimentos sociais e coletivos. *Simbiótica* 9 (1): 20-37. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i1.38299>.
- Souza, Alana. 2018. Contato e improvisação. O que pode querer dizer autonomia. *Cadernos IHU Ideias* 16 (268).
- Souza, Marcelo. 2015. *A militância LGBT na universidade: um estudo de caso do coletivo KIU*. Dissertação em Estudos Disciplinares sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia.

Svampa, Maristella. 2008, org. *Cambio de época: movimientos sociales y poder político*. Siglo 21.

Tatagiba, Luciana. 2022, org. *Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências*. Zouk.

Teixeira, Sabrina. 2022. *A comunicação em coletivos de mulheres: organização, mobilização e formação feminista*. Dissertação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Thibes, Mariana, Natasha Bachini Pereira, Rosemary Segurado, Tathiana Senne Chicarino. 2020. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. *Simbiótica* 7 (3): 49-73. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33695>.

Trindade, Luana. 2021. *Fortalecendo os fios: a emergência de coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região Sudeste*. Tese em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.

Zibechi, Raúl. 2007. *Autonomías y emancipaciones. América Latina en movimiento*. Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

Zuboff, Shoshana. 2020. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Editora Intrínseca.

Luiz Inácio Gaiger

Doutor e mestre em sociologia pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica. Foi professor titular do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo, RS, Brasil e colaborador voluntário de pesquisa.

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do autor antes da publicação.